

8. PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE CINCO POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR DA ÁREA JURÍDICA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta de abertura de procedimento concursal para ocupação de cinco postos de trabalho de técnico superior, área jurídica, proposta essa que vai em anexo.

Nº Informação: 72788

Data: 15/11/2021

Assunto: Procedimento concursal comum para ocupação de cinco postos de trabalho na carreira / categoria de técnico superior da área jurídica

Face à proposta de abertura de procedimento concursal para ocupação de postos de trabalho de técnico superior, área jurídica, apresentada pela Chefe de Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso, validada pelo Sr. Diretor Municipal e Sr.ª Vereadora de Recursos Humanos, que se anexa, informo:

O mapa de pessoal do Município de Braga para 2021, elaborado nos termos do previsto no art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 22 de dezembro de 2020, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 30 de novembro de 2020, prevê o recrutamento através de procedimento concursal ou mobilidade, de cinco técnicos superiores da área jurídica para a Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso da Direção Municipal de Gestão;

Nos termos previstos no art.º 30.º da citada Lei n.º 35/2014, de 20/06, o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho tal como consta no mapa de pessoal, devendo o recrutamento ser feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. O órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público;

Nos termos do previsto artigo 18.º da Portaria 125-A/2019, de 30/04, na redação dada pela Portaria 12-A/2021, de 11/01, Portaria que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), a entidade que autoriza o procedimento estabelece, no respetivo ato, um prazo de apresentação de candidaturas, com um mínimo de 10 e um máximo de 20 dias úteis contados a partir da data da publicação do aviso;

Conforme art.º 6.º da citada Portaria 125-A/2019, de 30/04, redação atual, para além dos métodos de seleção obrigatórios previstos no art.º 36.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, a entidade responsável pela realização do procedimento pode, de acordo com o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes aos postos de trabalho a ocupar e o perfil de competências previamente definido, determinar a utilização de métodos de seleção facultativos ou complementares, nomeadamente: entrevista profissional de seleção, avaliação de competências por portfólio, provas físicas, exame médico e curso de formação específica;

Conforme o previsto no art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09, que procede à adaptação à administração autárquica da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06, mas, como refere o n.º 3 do art.º

42.º da citada Lei n.º 35/2014, todas as referências ao diploma ora revogado entendem-se feitas para as correspondentes normas desta Lei, o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal, é precedido de aprovação do órgão executivo.

Face ao exposto, submete-se para informação tendo em vista decisão da Sr.ª Vereadora de Recursos Humanos, no uso de competência delegada, ao abrigo do n.º 1, do art.º 34.º, n.º 2 do art.º 36.º e alínea a), n.º 2 do art.º 35.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atualizada, de propor:

- a. Ao órgão executivo nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, que autorize desde já, por razões de economia e celeridade processual a abertura de procedimento concursal comum destinado não apenas a candidatos detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, mas também a candidatos com vínculo de emprego público a termo resolutivo, bem como sem vínculo de emprego público, tendo em vista a ocupação de cinco postos de trabalho de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, área jurídica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b. Que o prazo para apresentação de candidaturas seja de 10 dias úteis a partir da data da publicação do aviso;
- c. Utilizar a entrevista profissional de seleção como método de seleção complementar;
- d. Que a avaliação psicológica, método de seleção obrigatório, seja realizada por uma entidade especializada pública ou privada e a entrevista de avaliação de competências por detentor de formação e habilitação adequada para o efeito.
- e. Que, de acordo com o mail anexo, o júri de seleção tenha a seguinte composição:

Presidente:	chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso	
Vogais efetivos:	Técnica Superior, jurista e	Técnico Superior de
Recursos Humanos		
Vogais suplentes:	Técnica Superior, Jurista e	Técnica Superior de
Recursos Humanos.		